



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO E CONTRATOS
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
SBS QD. 02 – BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE – Sobre Loja - CEP 70.070-929
TEL: (61) 2022-5105/5230/4510 – FAX: 2022-4408

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 9/2013

BICICLETAS E CAPACETES ESCOLARES

Aos onze dias do mês de abril de 2013, no Auditório da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06, CEP 70040-020 - Brasília, DF, às 8h 30min, foi realizada a Audiência Pública nº 9/2013, com a finalidade de esclarecer aos interessados os principais aspectos dos processos de aquisições públicas e levantar subsídios para o processo licitatório na modalidade de Registro Preços Nacional para a aquisição de **Bicicletas e Capacetes Escolares do Programa Caminho da Escola** para atendimento aos alunos das redes de ensino público municipal, estadual e do Distrito Federal. A gravação da Audiência Pública estará disponível no FNDE e ata desta será encartada no Processo de Audiência Pública do FNDE, facilitando o acesso e a consulta dos interessados. A ata ficará, também, disponível no Portal de Compras do FNDE.

<http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/editais/audiencias-publicas>

A audiência foi conduzida sob a presidência da Diretora de Administração substituta, senhora Andreia Couto Ribeiro e contou a participação técnica do Coordenador de Apoio ao Caminho da Escola, senhor Djailson Dantas de Medeiros. A servidora Rita Helena Fragale iniciou a sessão, expondo o conteúdo da Audiência Pública e esclareceu como ocorreria o desenvolvimento dos trabalhos no decorrer da reunião. Em seguida, a senhora Andreia Couto disse ser sempre um prazer receber as empresas, para tratar da especificidade do produto e que fazendo isso estamos em acordo com um dos princípios da LDB que fala que a educação deve ser tratada com regime de colaboração por todos os órgãos e entidades. Continuou falando sobre a função do FNDE, no âmbito de uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e sobre o histórico das compras das entidades, que por não saberem utilizar o recurso transferido para a aquisição dos objetos que trariam melhorias ao processo educacional do município, acabavam não obtendo bons resultados em favor da educação, e foi pensando nisso que o FNDE disponibiliza a ata de registro de preços de vários produtos para que o município adquira o objeto sem a necessidade de compor um processo licitatório. Em seguida, foi apresentado o Registro de Preços Nacional, expondo cada fase de sua execução, desde a demanda até o Pregão Eletrônico, a adesão por estados, municípios, instituições federais e por fim o controle de qualidade. Foi falado também sobre os participantes do RPN, o processo licitatório, o modelo de adesão às atas, o sistema que gerencia as adesões (SIGARP – Sistema de Gerenciamento de Adesão de Registro de Preços), bem como as regras para a utilização do

sistema e foram enfatizadas as regras da nova legislação, Decreto nº 7.892, de 23/1/2013, que permite que não só o primeiro colocado participe da ata, mas todos os licitantes que participarem do registro de preços e aceitarem cotar seus bens ou serviços com o valor igual ao da primeira colocada serão classificados na ata de registro de preços para atendimento, sendo que se a primeira colocada desistir de atender, a próxima será convocada, e assim sucessivamente, excluindo a necessidade de processos longos e demorados que emperravam o fornecimento do objeto licitado. Falou também, sobre as fases da licitação enfatizando que houve uma pequena mudança na fase de apresentação da documentação, que se os licitantes aceitarem cotar o valor igual ao da primeira colocada, eles devem também apresentar a documentação necessária. Houve uma mudança para solicitar adesão às atas de registro de preços para as entidades que participam do Plano de Ações Articuladas - PAR, porque antes a prefeitura cadastrava o seu pedido direto no SIGARP, agora a partir do momento que ela cadastra no SIMEC/PAR a sua intenção de aquisição a determinados objetos, essa intenção é enviada ao SIGARP, gerando assim uma solicitação de adesão; mas quando a entidade interessada deseja aderir a alguma ata de registro de preços com recursos próprios (FUNDEB, Salário Educação, etc.) ou financiamento (dependendo do objeto) ela deve acessar o sistema SIGARP e solicitar adesão. Falou também sobre outra mudança no processo de adesão a partir do novo decreto, que as contratações deverão ocorrer em no máximo 90 dias após a autorização de adesão, o fornecedor terá 5 dias para inserir a anuência no sistema e 100 dias após a contratação para inserir o contrato no sistema SIGARP e 15 dias após a entrega da mercadoria para inserir a nota fiscal no sistema. Dando continuidade, a presidente expôs dados extraídos do último pregão eletrônico para aquisição das bicicletas escolares e dos capacetes, onde foi informado que o objetivo do próximo registro é que a adesão à ata das bicicletas seja no mesmo momento da adesão à ata dos capacetes para que sejam adquiridos juntos. Foi falado também dos itens já registrados pelo FNDE e finalizou expondo as atas vigentes. Em seguida, a palavra foi passada ao Coordenador de Apoio ao Caminho da Escola, o senhor Djailson Dantas de Medeiros, que iniciou com o desenvolvimento das questões técnicas sobre as bicicletas e os capacetes escolares. Foram apresentados dados do IPEA, sobre a mobilidade urbana em relação aos veículos utilizados e concluiu que se está em um processo evolutivo sobre a utilização da bicicleta que abrange não só a escola, mas toda a sociedade. Em seguida descreveu sobre os componentes da bicicleta, do aro 20 e do aro 26, citou o carbono e a cor amarela escolar. Destacou ainda a fundamentação legal para a fabricação das bicicletas, que devem estar em conformidade com as normas e seus requisitos. Dando continuidade às condições gerais foi falado sobre a forma da entrega das bicicletas, a garantia do produto, o laudo de conformidade do protótipo e o controle de qualidade. A descrição dos capacetes foi apresentada em dois tipos A e B, com as seguintes características: casco interno – fabricado com poliestireno expandido (EPS) de alta densidade com objetivo de absorver impactos no nível de atividade ciclística, casco externo – revestido em policloreto de Vinila (PVC), revestimento interno – confeccionado em espumas de Vinila (PVC), sistema de ventilação – no mínimo 10 orifícios de ventilação, entrada de ar estrategicamente posicionada, pintura – tinta vinílica cor padronizada amarela escolar, referência 1.25Y 7/12 (Cartelas Munsell), com

espessura mínima de camada de 70 microns. A fixação da circunferência da cabeça e suas características gerais também foram apresentadas. Em seguida, a divisão por lotes das bicicletas e dos capacetes foram apresentadas como também as condições gerais para o fornecimento. Posteriormente, a sessão foi aberta aos questionamentos e sugestões. O senhor Amauri representante da empresa Houston sugeriu que a audiência pública seja realizada em tempo hábil para que quando um registro estiver finalizando um novo esteja em andamento para aproveitar o início do ano letivo das escolas, em resposta à senhora Andreia Couto esclareceu que o FNDE tem se planejado da forma sugerida, mas os prazos muitas vezes não são executáveis porque envolve outras questões da administração pública, como por exemplo, o orçamento. Informou ainda, que o FNDE está fazendo o possível para cumprir os prazos do planejamento, adaptando-se a todas as divergências apresentadas. O senhor Amauri questionou também a divisão por lotes para o fornecimento das bicicletas, para que seja dividido para estados próximos. Foi esclarecido pela senhora Andreia que o FNDE esquematizou da maneira apresentada para que não haja impossibilidade de fornecimento e o Brasil todo seja atendido, complementou que a sugestão seria analisada. O senhor Vagner, da empresa Nathor questionou sobre os aspectos técnicos do capacete, porque para a fabricação do mesmo ainda não existe norma, somente o projeto da norma, então foi indagado se existe alguma inconveniência em colocar uma norma internacional em um produto brasileiro. A Mirtha da Divisão de Mercado e Negócios do FNDE esclareceu que para definir as especificações do capacete escolar, ativeram-se por base, as normas utilizadas para o capacete de motocicleta, e que o capacete que o FNDE licita hoje, foi testado e aprovado nos mais rigorosos testes de segurança. Em complemento, o senhor Mariano Bacellar, do INNAC falou que a norma de capacete de ciclistas está pronta, mas ainda não foi publicada pela ABNT e questionou se o próximo edital poderia fazer referência a norma antes de sua publicação. A senhora Andreia Couto respondeu que o FNDE só poderá publicar no edital a norma após a sua vigência legal, e se a norma for publicada antes da publicação do edital, ela poderá ser citada. A senhora Millene, do INMETRO sugeriu sobre as especificações da bicicleta que a base normativa seja citada sem referenciar o ano. A senhora Andreia acrescentou que a lei de licitações 8.666 não permite que sejam citadas legislações internacionais, e enfatizou que o produto deverá seguir as normas vigentes na legislação no âmbito nacional. O senhor Airton do grupo Cequipel, destacou que as únicas bicicletas que estão certificadas pelo INMETRO são as de aro 12 e 16 e disse ainda que a divisão por lotes dos capacetes e bicicletas ficará mais eficiente se for distribuído conforme a viabilidade de cada empresa, já que o novo edital terá como pena chamar o 2º colocado, se as empresas que não fornecerem no mínimo 70% da quantidade registrada. A senhora Andreia enfatizou que a distribuição mesclada dos estados é justamente para que os estados mais distantes e de difícil acesso sejam alcançados e esclareceu que a sugestão será analisada. O senhor Wellington do consorcio Prince e Cequipel sugeriu que os pedidos sejam enviados a indústria no primeiro semestre do ano porque é um bom momento das indústrias para a produção, questionou também quando haverá reposição das peças, já que o produto oferecido não está disponível no mercado e finalizou sugerindo que a aplicação dos adesivos seja em *clear coat* para evitar que a identidade da bicicleta seja apagada. A senhora Andreia consultou os

demais participantes sobre a sugestão da fixação da adesivagem, para saber se iria afetar em muito o custo da produção, mas todos afirmaram que não aumentaria muito o custo, foi solicitado que a sugestão seja enviada por e-mail para ser analisada. Sobre a reposição das peças a senhora Andreia esclareceu que será feita uma avaliação de uso e conservação do objeto, de maneira que atenda a necessidade do aluno caso alguma peça seja danificada e solicitou aos participantes que sugiram um *kit* de manutenção/conservação, algo que seja favorável a utilização das bicicletas para ser distribuído nas escolas e aos alunos. Sobre os pedidos a serem enviados a indústria no primeiro semestre do ano, a senhora Andreia esclareceu que o primeiro semestre na administração pública depende de aprovação do orçamento público federal para dar início as aquisições das entidades e para elas. Sendo assim os pedidos ficam dependentes da finalização dessa base para serem concretizados no início do ano, ou seja, as solicitações, como também as aquisições só iniciam em meados de junho início de julho. O senhor Vanderley, representante da empresa Mormaii comentou que as questões relacionadas ao edital ficaram claras e sugeriu algumas alterações no perfil da bicicleta de aro 20/26, para que a mesma seja utilizada pelo aluno por mais tempo em um mesmo período, sem perder a originalidade do projeto. Em complemento, o senhor Roberto Matheos também da Mormaii apresentou um protótipo com a sugestão. A senhora Andreia destacou que durante todo o período da audiência aquele era o primeiro momento a ser falado sobre o produto, sobre sugestões de alteração no produto e solicitou que os outros fornecedores fizessem suas sugestões. O senhor Amauri, representante da empresa Houston, questionou se a sugestão de alteração não tornaria o modelo feminino. Em seguida, o senhor Airton representante do grupo Cequipel questionou se a sugestão estaria compatível com a qualidade e disponibilidade de recurso para o projeto, como também enfatizou que o escopo deve atingir cerca de 60 a 70% do mercado produtor. A senhora Andreia esclareceu que o FNDE espera receber tais sugestões que venham agregar mais valor ao projeto, e que as propostas apresentadas devem ser enviadas por e-mail para serem avaliadas e se a equipe técnica aprovar as mudanças, elas serão apresentadas aos representantes. A presidente encerrou a audiência às 12 horas. Eu Poliana Marques Silva lavrei a presente ata.